

Reportagem Especial

FIM DO PEDÁGIO

Trânsito piora em Vila Velha

Guarda registrou um fluxo maior de carros no 1º dia de cancelas liberadas. Em Vitória, fluidez melhorou, segundo secretário

No primeiro dia sem a cobrança do pedágio na Terceira Ponte, o trânsito piorou em Vila Velha nos horários de pico, considerando que houve um aumento do fluxo de veículos.

A suspensão da cobrança, por tempo indeterminado, foi anunciada na terça-feira pelo governador Renato Casagrande devido a irregularidades no contrato da Rodosol apontadas no relatório técnico inicial do Tribunal de Contas do Estado.

Quem explicou o que aconteceu em Vila Velha foi o inspetor da Guarda Municipal, Iuri Silva. “O trânsito ficou bastante complicado nesse primeiro dia, por volta das 6h30 e 9h30 e das 17 horas às 19h30, já que houve um aumento significativo de veículos, o que é natural devido à suspensão do pedágio.”

Mas o inspetor enfatizou que, apesar de ter piorado, o trânsito não ficou parado. “Não podemos dizer se a tendência é de que a fluidez piore ou se mantenha. Nosso efetivo foi ampliado e vamos acompanhar o fluxo de veículos nos próximos dias.”

Na capital, na avaliação do secretário municipal de Segurança Urbana, coronel Fronzio Calheira Mota, não houve grandes alterações.

Ao acompanhar a fluidez do trânsito ontem na praça do pedágio, das 18h às 18h30, o secretário disse: “Me pareceu até que houve uma melhora tênue no trânsito, nada radical, se comparado com o mesmo horário nos dias em que era feita a cobrança do pedágio.”

Sua explicação é que com a liberação das cancelas na praça do pedágio o trânsito fluiu um pouco mais nos acessos à ponte, embora a lentidão tenha persistido. “A liberação das cancelas ajudou a fluidez nos acessos à ponte, mas influenciou na retaguarda. É que ao passar pelas cabines, sentido Vila Velha, houve retenção.”

A Rodosol informou ontem que há sensores que contabilizam o número de veículos nas pistas da Terceira Ponte, e que estes números são enviados à Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (Arsi).

Porém, a empresa ainda não pôde contabilizar a diferença do fluxo de veículos de ontem para hoje. Um novo relatório deve ser divulgado na próxima semana com os números.



VEÍCULOS passam pela Terceira Ponte, que está com cabines lacradas e cancelas liberadas desde terça-feira, quando foi suspensa a cobrança do pedágio

MUDANÇAS PARA MOTORISTAS



ADEMIR RIBEIRO/AT

“Ainda vai melhorar”

Para o construtor Emerson Kobi da Silva, de 36 anos, a não cobrança do pedágio na Terceira Ponte o motivou a usar a via, ao invés do caminho que costumava fazer, pela Segunda Ponte.

“Com certeza vou passar a usar a Terceira Ponte. Hoje mesmo eu precisei passar aqui três vezes e foi muito bom não ter de pagar nada”, disse.

A respeito do engarrafamento no fim da tarde de ontem na região, Emerson foi otimista. “Esse trânsito ruim acredito que será só no início.”



ADEMIR RIBEIRO/AT

“O trânsito já piorou”

Para Adeildo Gomes Rangel, 40 anos, que trabalha fazendo cerâmica, o fluxo de veículos vai aumentar na Terceira Ponte.

“O trânsito não vai piorar não, já piorou. Todo dia eu passo aqui de tarde, mas hoje está pior. Agora que não precisa pagar, todo mundo vai passar por aqui.”



VICTOR DUARTE

“Uma despesa a menos”

A suspensão da cobrança do pedágio na Terceira Ponte vai fazer diferença no final do mês para o engenheiro Eduardo de Almeida Ramos, 36.

“Eu uso a ponte há mais de nove anos, de segunda a sábado. Com certeza essa mudança vai gerar economia, mas acho que a manutenção da ponte vai deixar a desejar a partir de agora”, disse.



ADEMIR RIBEIRO/AT

“O caos de sempre”

Para o servidor público George Rodrigues Loyola, 31 anos, o trânsito ainda continua como estava antes.

“É a primeira vez que eu passo aqui sem a cobrança do pedágio. Dá pra ver que o trânsito continua o caos de sempre. Mas é o melhor trajeto para mim.”

Cones são colocados por guardas no acesso à ponte

Quando chegaram à praça do pedágio da Terceira Ponte na manhã de ontem com a missão de organizar o trânsito, guardas municipais de Vitória perceberam que os cones da Rodosol que ficavam nos acessos às cabines não estavam no local.

Para evitar acidentes, 40 cones da Guarda foram usados durante todo o dia, segundo o coordenador de Trânsito da Guarda Municipal de Vitória, Jesiel Fabri Rodrigues.

Hoje, o secretário municipal de Segurança Urbana, coronel Fronzio Calheira Mota, irá verificar com a Rodosol o que aconteceu. “Os cones são essenciais para orientar os motoristas e evitar pequenos acidentes. Temos de ver o que aconteceu.”

Destacando que os cones são reversíveis e mudam conforme o fluxo de veículos, a Rodosol garantiu que hoje irá dialogar com a Secretaria de Segurança Urbana de Vitória a fim buscar estratégias para melhorar a fluidez no local.

Afirmou ainda que ontem não houve nenhum pedido da Guarda para que os cones fossem colocados no local.

Por determinação do prefeito Luciano Rezende — que ontem fez questão de monitorar como estava a fluidez do trânsito nos acessos e na ponte —, o efetivo da Guarda foi ampliado nos horários de pico, passando de sete para nove agentes.

Um carro da Guarda também foi deslocado para ficar no “pedágio”.

Reportagem Especial

Projeto para a Praça do Cauê é mantido

Apesar das obras de ampliação da Terceira Ponte ainda dependerem de uma conclusão da auditoria do Tribunal de Contas do Estado, as obras da Praça do Cauê – que fazem parte das melhorias no acesso à ponte – podem ser feitas antes mesmo de uma decisão definitiva sobre o impasse.

As intervenções integram o projeto de implantação dos corredores exclusivos para ônibus (BRT), que devem ter as obras iniciadas ainda neste ano.

Para a Praça do Cauê, na Praia de Santa Helena, a previsão inicial era de que o fluxo de veículos passasse por uma pista criada no centro da praça, dando mais fluidez à região. No entanto, em 2013 o projeto foi contestado em audiência pública.

REVISÃO

A Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (Se-

top) informou que o projeto de ampliação do acesso à Terceira Ponte pela Praça do Cauê está em processo de revisão, em conjunto com a Prefeitura de Vitória. A revisão é feita com base nas discussões realizadas com a comunidade.

Sobre o assunto, o prefeito de Vitória, Luciano Rezende, disse que agora, com a suspensão do pedágio, será preciso estudar a dinâmica na região da Praça do Cauê.

“Vamos esperar uns 15 dias para verificar como o trânsito vai ficar ali depois dessa novidade (suspensão da cobrança do pedágio). Aí evidentemente é preciso voltar à discussão da Praça do Cauê. Isso vai ajudar a decisão de intervenção na região, que terá de ser feita em algum momento.”

Ele destacou que a área útil da praça será preservada, e deverá contar com quadra de tênis, calçada, entre outras intervenções.

LEONE IGLESIAS - 17/04/2014



PRAÇA DO CAUÊ: obras fazem parte do projeto de implantação do BRT

Melhorias nos acessos

Para evitar mais retenções nos acessos e na saída da Terceira Ponte, especialistas sugerem mudanças na região.

Para o arquiteto e urbanista Gregório Repsold, uma das medidas que deve ser feita em Vila Velha para ajudar na fluidez do trânsito na chegada ao município é a melhoria do ângulo de curvatura na primeira curva à direita, com direção ao Centro.

“Aquele curva deve ser melhora-

da para que retenha menos o fluxo na descida da ponte. Além disso, deve ser feita a cobertura do canal na chegada ao município para ampliar o número de faixas no local.”

Já o diretor do Instituto Brasileiro de Estudos do Trânsito, Paulo Lindoso, defendeu que o pedágio não volte a ser cobrado e as cabines sejam retiradas. “Passou da hora de o Estado assumir a ponte, já que são só 2,7 km de via. Não faz sentido manter a privatização.”

O QUE ELES DIZEM

RODRIGO GAVINI - 23/03/2012

RODRIGO GAVINI - 11/05/2012



“A melhoria do ângulo da primeira curva à direita na chegada a Vila Velha reduziria a retenção”

Gregório Repsold, arquiteto e urbanista



“A retirada da cobrança do pedágio já é uma forma de melhorar a fluidez no trânsito”

Paulo Lindoso, diretor do Ibetran



PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, Rodrigo Júdice: “O Estado tem autonomia para as próximas decisões”

FIM DO PEDÁGIO

Governo do Estado estuda cancelar contrato

O contrato de concessão da Rodosol está em análise pelo governo do Estado. Segundo o procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice, o governo abriu um processo administrativo na Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (Arsi), com base no relatório, que pode levar ao rompimento do contrato com a concessionária.

A TRIBUNA - O que vai ser analisado pelo governo do Estado nesses 30 dias?

RODRIGO JÚDICE - O prazo de 30 dias não é para chegarmos a uma conclusão. É para orientar o governador para adoção de outras medidas, como reduzir o pedágio na Rodovia do Sol, entrar com alguma medida judicial de natureza cautelar para proteger o patrimônio do Estado. São essas dúvidas que vamos sanar nesses 30 dias.

Para uma conclusão final sobre o contrato de concessão não podemos dizer um prazo. A Arsi, por meio da resolução que zerou tarifa, determinou a abertura de um processo administrativo, com base no que o Tribunal de Contas apresentou. Esse processo vai dar espaço para a concessionária se defender do que foi apresentado pelo Tribunal de Contas.

Ao final do processo administrativo, existem três hipóteses de rompimento, segundo a Lei de Concessões: a encampação do contrato, a caducidade ou a nulidade dele.

> O que seriam essas três hipóteses?

A primeira seria a encampação, que está fora, pelo menos por hora, quando o Estado, por interesse pú-

blico, assume o serviço e indeniza a concessionária. Pode ser que se chegue esse resultado? Pouco provável diante das ilegalidades apresentadas no relatório preliminar.

A segunda é a de caducidade, que seria a inexecução de obras do contrato, quando a empresa rotineiramente não executa o previsto em contrato.

O último é a nulidade. O contrato é nulo por ter ofendido o que diz a Constituição Federal ou a Lei de Concessões. Essa é a hipótese levantada no relatório do Tribunal de Contas.

> Mas essas hipóteses podem acontecer de que forma?

Pode ser que ao final desse processo administrativo o Estado chegue a uma conclusão idêntica à do Tribunal, ou diferente. O Estado tem autonomia para as próximas decisões. Vamos oferecer contraditório e ampla defesa à concessionária.

Mas também há a questão do julgamento pelo plenário do Tribunal de Contas. Eles possuem jurisdição para fazer a análise de contratos e, se os conselheiros do Tribunal de Contas acreditarem que houve alguma nulidade, podem anular o contrato e nós teremos de cumprir.

> Mas e se destacarem que houve apenas um desequilíbrio

“Ao final do processo de auditoria do Tribunal de Contas, será feito um acerto de contas entre o Estado e a Rodosol”

“Se o laudo estiver correto, cada dia que passa é um lucro a mais para a concessionária e um prejuízo para o Estado”

em favor da concessionária, o que pode acontecer?

Ao final do processo de auditoria do Tribunal de Contas, será feito um acerto de contas entre o Estado e a Rodosol.

Por exemplo, se a concessionária dever R\$ 300 milhões ao Estado, vamos fazer os ajustes necessários. Mas vamos aguardar os procedimentos administrativos e auditoria serem concluídos.

A decisão do governador em zerrar a tarifa do pedágio na Terceira Ponte foi a mais correta. Se o laudo estiver correto, cada dia que passa é um lucro a mais para a concessionária e um prejuízo que o governo estaria assumindo. Se chegar ao fim da auditoria e ver que está tudo certo, o Estado indeniza a concessionária.

> Não seria obrigação do Estado fazer essas fiscalizações? Não houve deficiência nos órgãos de fiscalização?

Se o relatório confirmar essas irregularidades, isto está correto. Mas também há que se destacar que o próprio Tribunal de Contas, no passado, auditou as contas e não conseguiu encontrar irregularidades. São questões diferentes. O Tribunal de Contas esclareceu que essa auditoria foi feita sobre todo o contrato, com uma amplitude maior do que a anterior.

Reportagem Especial

FIM DO PEDÁGIO

Valor foi atualizado em auditoria

LEONARDO BICALHO - 11/04/2014

Análise do Tribunal de Contas apontou uma vantagem financeira de R\$ 798 milhões, mas a concessionária afirma que valor real é menor

Os valores apurados pelos auditores do Tribunal de Contas do Espírito Santo, que aponta uma vantagem de R\$ 798 milhões em favor da Rodosol, passaram por correções monetárias e foram atualizados, de acordo com o relatório inicial de auditoria.

Em nota divulgada ontem, a Rodosol contestou os valores apresentados no relatório. A concessionária destacou que, em 14 anos, a empresa teve um lucro de R\$ 112 milhões, tendo recebido R\$ 632 milhões no período. “Como pode uma empresa que recebeu R\$ 632 milhões ter levado R\$ 800 milhões?”, questionou a Rodosol.

Mesmo com os questionamentos, no relatório do Tribunal de Contas os valores apresentados são equivalentes à atualização de todo o período de 15 anos da administração da rodovia, e não apenas uma soma do que foi recebido no decorrer dos anos.

Na atualização feita pelo Tribunal de Contas todas as ocorrências foram levadas ao mesmo período para medir o real impacto nas con-

tas da concessionária.

O método utilizado pelos auditores fez uma recomposição de todas as ocorrências, ano a ano, até chegar ao momento da assinatura do contrato de concessão, quando o caixa deveria ser zero, ou seja, não haviam investimentos e pagamentos ainda realizados.

O relatório inicial de auditoria apontou 16 ocorrências que, entre vantagens e desvantagens para a concessionária, teriam levado a uma vantagem de R\$ 798 milhões, em valores atualizados para outubro de 2013.

Entre algumas vantagens estão investimentos, custo com mão de obra, custo com operação e administração, e recebimento de receitas com publicidade.

Com relação aos números divulgados pelo Tribunal de Contas, o diretor-geral da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Estado (Arsi), Luiz Paulo de Figueiredo, afirmou que estão sendo analisados por equipes do governo.

“Até o momento, o que tínhamos era o número do balanço auditado e repassado pela Rodosol, que é o mesmo divulgado pela concessionária. Agora, queremos saber como foi feita essa conta pelo Tribunal, já que entendemos que os técnicos apontaram irregularidades no processo de licitação e refizeram os orçamentos com base no que entenderam como correto.”



DOCUMENTOS analisados em auditoria: valores se referem ao período de 15 anos de administração da rodovia

OS NÚMEROS

Rodosol diz que lucrou 112 milhões

O que diz a Rodosol

- > **ARRECAÇÃO** Total: R\$ 632 Milhões
- > **INVESTIMENTO**: R\$ 530 milhões
- > **LUCRO**: R\$ 112 milhões

O que diz o Tribunal de Contas

- > **A CONCESSIONÁRIA** obteve vantagem de R\$ 798 milhões.
- > **ESSAS VANTAGENS** vieram de oito ocorrências que desequilibraram o contrato de concessão.

> **AS OCORRÊNCIAS** que o relatório apontam que teriam dado vantagem para a Rodosol: investimentos; custo com mão de obra; custo com operação e administração; recebimento de receitas com publicidade; repasses que não foram feitos para a Polícia Rodoviária; repasses e exclusão da verba para fiscalização; mudanças na legislação do PIS; suspensão de remuneração ao Estado por explorar a rodovia.

Audidores defendem metodologia

A Associação de Auditores de Controle Externo do Espírito Santo (Ascontrol) defendeu a metodologia dos auditores que realizaram a análise do contrato de concessão da Rodosol.

Segundo o presidente da associação, Rafael Lamas, a equipe de 12 auditores que realizou o procedimento é experiente e realizou a análise dentro das normas para auditorias governamentais. A equipe foi formada por auditores de especialistas nas áreas de Direito, Economia, Contabilidade, Administração, Tecnologia da Informação e Engenharia.

“Todos os auditores são concursados e a maioria possui mestrado e doutorado em suas áreas. E sem-



RANNA vai analisar relatório

pre são tomados cuidados para que todos os questionamentos possam ser respondidos, exatamente para não haver nenhuma falha no processo”, explicou.

Segundo Lamas, os auditores tentam usar métodos conservadores de análise. “Os auditores sempre usam o princípio da prudência e, para não acusar alguém de forma errada, usam a metodologia mais conservadora possível.”

Segundo ele, ainda será necessário aguardar a defesa da concessionária, para elaborar a Instrução Técnica Conclusiva e enviá-la ao Ministério Público de Contas e ao relator, o conselheiro Carlos Ranna, para que o caso vá a julgamento no TC-ES.

ALGUMAS IRREGULARIDADES APONTADAS PELO RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Projeto básico

> **A FALTA DE ELEMENTOS DO PROJETO BÁSICO** durante a licitação, segundo os auditores, vai contra a Lei de Concessões.

Garantia abusiva

> **A GARANTIA** de R\$ 6,5 milhões para entrar na licitação foi considerada abusiva, ela deveria ser de R\$ 1,2 milhão, segundo auditores.

Dívida do Estado

> **COLOCAR** na licitação a obrigação de pagar dívida anterior da ponte vai contra a Lei de Licitações.

Fluidez na 3ª Ponte

> **NÃO HÁ PREVISÃO** de serviço adequado na 3ª Ponte, que é exigência da Lei de Concessões.

Repasso menor para fiscalização

> **REPASSE MENOR** ao contratado para órgãos como o Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

Reajuste inadequado

> **ÍNDICES** de reajuste estão vinculados 90% à obra e consultoria e 10% vêm dos índices de inflação. Com isso, tarifas cresceram 22,15% a mais que a média da inflação.

Mudança em exigências de operação sem adequar contrato

> **ALGUNS SERVIÇOS** de fiscalização e a alimentação de banco de dados não foram feitos pela Rodosol.

Não comprovação de cumprimento de obras

> **NÃO HÁ COMPROVAÇÃO** de solução de 27 pendências enumeradas em vistoria realizada em 2000 pelo DER.

Obra com qualidade inferior

> **OBRAS** realizadas estão com qualidade inferior ao previsto no contrato, segundo técnicos, e não foram negadas pelo DER.

Sobrepreço da tarifa básica

> **A TARIFA BÁSICA** no início da concessão estava com sobrepreço. O máximo era para ser R\$ 0,91 e o pre-



JULIA TERAYAMA - 22/08/2012

RODOVIA DO SOL: relatório do Tribunal de Contas apontou repasse menor ao contratado para órgãos como o Departamento de Estradas de Rodagem



RODRIGO GAVINI - 23/04/2014

TERCEIRA PONTE: fluxo intenso

ço foi de R\$ 0,95.

Desequilíbrio econômico

> **DESEQUILÍBRIO** do contrato em favor da concessionária, equivalente a R\$ 798 milhões, segundo técnicos.

Fonte: Relatório técnico inicial do TC-ES.

Reportagem Especial

FIM DO PEDÁGIO

Rodosol diz que vai manter vigilância

Cumprindo a determinação do governo estadual de não deixar de cumprir as cláusulas do contrato de concessão da Rodovia do Sol e Terceira Ponte, a Rodosol informou que irá manter todos os serviços de manutenção, conservação e operação das vias.

Isto quer dizer que os serviços básicos, como o de vigilância por câmeras, guincho e apoio ao usuário continuam funcionando como antes. Os usuários ainda podem contar com os serviços de ambulância, socorro mecânico, iluminação e serviço de auxílio ao usuário, entre outros.

“Nossa decisão está em sintonia com a instrução técnica inicial e também com a nossa responsabilidade de determinar que a empresa possa continuar fazendo a manutenção dos serviços, protegendo as pessoas que usam esses serviços”, afirmou o governador na tarde de terça-feira, ao anunciar a suspensão da cobrança do pedágio.

Caso haja descumprimento por parte da concessionária, Casa-grande destacou ainda que o usuário poderá denunciar à ouvidoria da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (Arsi), pelo número 0800 280 8080.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Rodosol informou que a única mudança no atendimento depois do fim da cobrança se refere aos cobradores, que ficavam nas cabines de cobrança, que foram lacradas por tempo indeterminado.

O acesso à ponte por pedestres e ciclistas, agora está facilitado com a ausência das cancelas. No entanto, de acordo com a Rodosol, a central de videomonitoramento continua atuando na praça do pedágio, pronta para acionar a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros para realizar o atendimento necessário nestes casos, inclusive tentativas de suicídio.

Questionada sobre gastos mensais em serviços de manutenção, conservação e operação da via, a Rodosol afirmou que nas próximas semanas fornecerá os dados.

FUNCIONÁRIOS

A Rodosol está analisando como irá realocar a equipe de cerca de 350 empregados. Por meio de nota, a empresa afirmou que “a suspensão da cobrança do pedágio da Terceira Ponte, obviamente, extingue postos de trabalho e a empresa estuda a reestruturação necessária e as consequentes realocações e/ou demissões que serão necessárias.

JUSSARA MARTINS - 10/04/2010



GUINCHO REMOVE veículo com defeito na ponte: serviços básicos aos usuários estão mantidos



CENTRAL de videomonitoramento da Rodosol continua ativa para registrar flagrantes e auxiliar usuários da ponte

Risco de desgaste na ponte

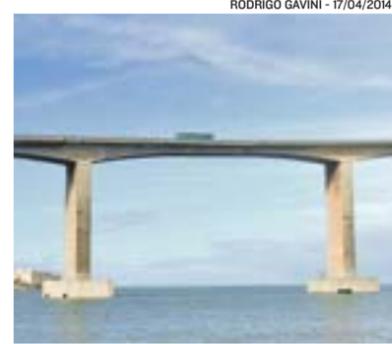
Mar, sol, chuva e vento forte podem acelerar o processo de deterioração da Terceira Ponte, de acordo com especialistas. Caso não tenha a manutenção adequada, os pilares podem ruir.

“Um simples buraco na pista da Terceira Ponte pode expor a armadura da estrutura e causar danos irreversíveis”, ressaltou o engenheiro civil Sandro Lobato.

Segundo ele, a manutenção neste tipo de estrutura deve ser feita ao menos duas vezes por ano.

“É essencial para não ter rupturas nos pilares da ponte que os serviços de manutenção sejam mantidos. Seria um prejuízo enorme”, explicou.

O diretor-geral da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Estado (Arsi), Luiz Paulo de Figueiredo,



PILARES DA PONTE: manutenção

afirmou que a manutenção é de responsabilidade da Rodosol e a Agência vai continuar fiscalizando os trabalhos como sempre fez.

Para isso, a Arsi conta com uma equipe de engenheiros do setor de infraestrutura viária, que avalia os serviços prestados pela concessionária.

Usuários reclamam de cobrança na via expressa

Apesar de a Rodosol ter acabado com a cobrança nas cabines da Terceira Ponte, usuários reclamaram nas redes sociais que a cobrança continuaria sendo feita por meio da via expressa, as chamadas TAGs.

Um analista de tecnologia da informação, morador de Vila Velha, postou nas redes sociais que teria apontado a TAG para a leitora digital e que o aparelho teria “apitado”, dando a entender que a cobrança foi feita.

“Por curiosidade, coloquei o TAG no vidro dianteiro do carro e passei na cancela de cobrança automática da Terceira Ponte, por volta das 17 horas, para verificar se o TAG sonorizaria. Não foi surpresa constatar que sonorizou. Quem é responsável por fiscalizar se a Rodosol está ou não cumprindo a determinação de suspensão?”, disse o analista no Facebook.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Rodosol informou que os aparelhos que faziam a leitura das TAGs foram retirados desde a tarde de terça-feira. Ainda que o equipamento esteja emitindo barulhos, a cobrança não está sendo feita.

SAIBA MAIS

Devolução

> OS MOTORISTAS que já compraram o crédito da Via Expressa terão duas opções: usar os créditos para o pedágio de Guarapari ou ter o reembolso.

> NESSE ÚLTIMO CASO, é preciso que o motorista compareça a uma das lojas da Via Expressa. Uma delas fica perto da praça de pedágio de Vitória e a outra no Shopping Praia da Costa, em Vila Velha.

> O HORÁRIO DE ATENDIMENTO na praça do pedágio é das 8h30 às 18 horas e, da loja no shopping, de 10 às 22 horas.

SERVIÇOS MANTIDOS

Obrigações da Rodosol

Pavimentação

> A EMPRESA deve garantir que as quatro vias da ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça, a Terceira Ponte, permaneçam em condições seguras de tráfego, sem buracos ou ondulações que prejudiquem o bom desenvolvimento do trânsito no local.

Sinalização

> PARA AUMENTAR a segurança dos usuários da ponte, a empresa deve sinalizar todo e qualquer obstáculo nas faixas da circulação de veículos. A sinalização deve ser feita em caso de veículos quebrados na pista, vento forte no local, pista escorregadia, bem como demais eventualidades da natureza.

Iluminação

> PARA GARANTIR a segurança dos usuários da Terceira Ponte, a empresa deve manter um sistema de iluminação adequado, que permita a utilização segura da via mesmo com ausência de iluminação natural. A

ponte possui 250 postes e 250 lâmpadas instaladas.

Socorro mecânico

> OS VEÍCULOS que, por ventura, tenham algum tipo de defeito em cima da Terceira Ponte, devem ser resgatados por um guincho. O socorro deve ser prestado em tempo inferior a cinco minutos, para que a adversidade não prejudique a passagem dos demais veículos.

Ambulância

> EM CASO de acidentes, a Rodosol deve disponibilizar socorro médico para os envolvidos, bem como a estabilização do usuário. Caso seja necessário, o transporte entre a Terceira Ponte e um hospital deve ser feito por meio de ambulância.

Videomonitoramento

> PARA MANTER o controle sobre todas as pistas da ponte, a concessionária deve manter um sistema de videomonitoramento para agilizar a visualização e a remoção de possíveis veículos acidentados, bem como re-

tirar pessoas que passem a pé e sem autorização pelo local.

Serviço de auxílio ao usuário

> O SERVIÇO de auxílio ao usuário (SAU) deve ser disponibilizado ao usuário da Rodosol por meio de ligação gratuita e 24 horas por dia. O serviço é a forma do usuário que neces-

GUSTAVO FORATTINI - 16/01/2008



AMBULÂNCIA da Rodosol: resgate

sita de auxílio entrar em contato com a empresa operadora da via.

Controle de navegação

> DURANTE a passagem de navios de grande porte, a concessionária deve orientar o melhor momento para a navegação, para que não haja riscos de abalos estruturais em caso de improváveis, mas possíveis, acidentes.

Análise estrutural

> A RODOSOL também é responsável por estudos e análise da estrutura física da Terceira Ponte – e deve garantir que nenhum dos 61 pilares de sustentação se deteriore com a ação dos ventos e da maresia.

Como denunciar

> CASO A CONCESSIONÁRIA deixe de cumprir alguns dos serviços previstos no contrato de concessão, ou algumas das manutenções previstas não forem realizadas, os usuários podem ligar para a Agência Reguladora de Saneamento e Infraestrutura Viária (Arsi), por meio do telefone 0800 280 8080.

Reportagem Especial

Cronologia

Conheça a história da Terceira Ponte



CONSTRUÇÃO

EM 1978 a ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça — Terceira Ponte — começou a ser construída. A estimativa era que a construção estivesse concluída em abril de 1980.

CRISE

A DÉCADA DE 1980 foi marcada por paralisações, devido principalmente à falta de recursos para a conclusão da obra. Em 1987, a ponte chegou a ser inaugurada, mesmo sem estar pronta.



CONCESSÃO

EM 1987, foi feita a concessão da Terceira Ponte para a Operações de Rodovias Ltda (ORL). A empreiteira terminaria a obra e teria o direito de cobrar pedágio até 1998.

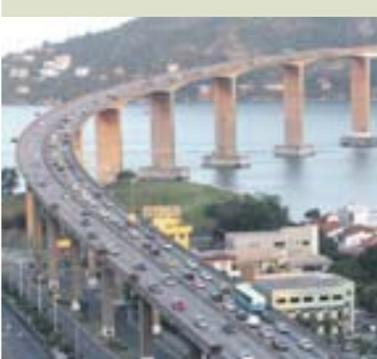


INAUGURAÇÃO

EM 1989, no dia 23 de agosto, a Terceira Ponte foi inaugurada oficialmente. No mesmo dia, teve início a cobrança do pedágio, que foi criado para cobrir os custos da conclusão da obra.

CONTRATO

EM 1998, o contrato com a ORL venceu e o pedágio deveria ter sido extinto.



FIM DO PEDÁGIO

Decisão esvazia votação de decreto, dizem deputados

Proposta de suspender o contrato teria perdido o foco, já que parlamentares alegam não ser necessária a tramitação na Casa

Com a decisão do governador Casagrande de suspender a cobrança do pedágio na Terceira Ponte, deputados estaduais acreditam que a proposta de decreto legislativo, proposta por Euclério Sampaio (PDT) ficou esvaziada.

Pelo projeto, protocolado pelo pedetista na última terça-feira, às 7 horas, o contrato 001/1998, entre a Rodosol S/A e o governo do Estado estaria suspenso, dando fim às cobranças de pedágio na Terceira Ponte e na Rodovia do Sol (ES-060).

“Não há mais razão para tramitar. Tivemos o pedágio da ponte suspenso até o fim da auditoria do Tribunal de Contas. O projeto precisa ficar em stand by (espera)”, disse a deputada Lúcia Dornellas (PT).

Da mesma forma, Cláudio Vereza (PT) aponta a perda do objeto. “Não tem sentido o projeto continuar tramitando, já que a justificativa foi a posição tomada pelo governador (Renato Casagrande). Além disso, temos que aguardar a auditoria do Tribunal de Contas e o julgamento do Tribunal de Justiça”, ponderou Vereza.

Presidente da Comissão de Finanças da Assembleia, Dary Pungung (PRP) também aponta perda de objeto no projeto, mas garante que serão marcadas audiências públicas com o Tribunal de Contas do Estado e a Rodosol para discussão do caso e também sobre o texto que irá tramitar na comissão.



PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA: Comissão de Finanças fará audiências públicas para debater relatório de auditoria

que irá tramitar na comissão.

Theodorico Ferraço (DEM), presidente da Casa, valorizou o colega. “O valor do Euclério é irremovível nesse debate. Eu solicitei as audiências para que a Assembleia e a população esclareçam qualquer dúvida”, disse.

“Não permitiremos a volta da cobrança do pedágio”, completou Theodorico.

Autor do projeto, Euclério se defende: “Meu projeto não tem relação com a postura do governador. Eu quero anular o pedágio. Ele suspendeu e pode retornar com a cobrança a qualquer momento.”

ENTENDA

Anulação definitiva do contrato

- > O PROJETO de decreto legislativo proposto pelo deputado estadual Euclério Sampaio (PDT) pretende anular o contrato firmado pelo governo com a Rodosol e a consequente cobrança do pedágio na Terceira Ponte e na Rodovia do Sol.
- > O PARLAMENTAR usou como justificativa para fazer a proposta o relatório técnico inicial realizado pelo Tribunal de Contas, que apontou possível

vel recebimento de mais de R\$ 790 milhões de forma indevida pela concessionária.

- > O PROJETO de decreto legislativo, ao contrário da decisão do governador Renato Casagrande (PSB), acaba de vez com a cobrança do pedágio, antes mesmo do término da apuração do Tribunal de Contas.
- > CONTUDO, tem o mesmo efeito prático da decisão de Casagrande.

COBRANÇA

AINDA EM 1998, o governo do Estado delegou à Rodosol a modernização e recuperação da Terceira Ponte. A empresa poderia cobrar pedágio durante 25 anos na ponte e Rodovia do Sol.

IRREGULARIDADE

EM 2002, uma série de irregularidades foi apontada em relatórios de comissões da Assembleia Legislativa com o objetivo de extinguir a cobrança de pedágio.

PROTESTOS

EM JUNHO DE 2013, moradores da Grande Vitória foram às ruas com diversas reivindicações. Uma delas foi o fim do pedágio cobrado na Terceira Ponte. No dia 20 de junho, mais de 100 mil pessoas participaram do protesto.



DIMINUIÇÃO

NO DIA 9 DE JULHO de 2013, a Justiça ordenou a redução do pedágio de R\$ 1,90 para R\$ 0,80 (para carros), até que fosse concluída a auditoria do contrato da Rodosol. O valor seria o necessário para que a empresa continuasse com a manutenção da ponte.

SUSPENSÃO

NA TERÇA-FEIRA, o governador Renato Casagrande anunciou a suspensão do pedágio na ponte por tempo indeterminado, até que o Tribunal de Contas conclua a auditoria.

Ciclistas vão exigir ciclovia

Ciclistas vão se reunir hoje e comparecer à audiência pública que vai ser realizada no Centro de Convenções de Vitória, às 14 horas. O objetivo é defender proposta de ciclovia na Terceira Ponte.

Um evento foi criado na rede social Facebook para reunir o máximo de interessados e incentivá-los a comparecer ao local. Na página do evento, 370 pessoas haviam confirmado presença, num total de 2,1 mil convidados até ontem.

A proposta de implementação da ciclovia na Terceira Ponte está

disponível no site da Prefeitura de Vitória.

No texto, o autor da proposta de orçamento participativo questiona que somente veículos motorizados podem fazer a travessia da ponte.

Segundo a organização do evento, a intenção é reunir o maior número de pessoas empenhadas na causa da construção de uma ciclovia na Terceira Ponte.

A proposta está em primeiro lugar na listagem do orçamento participativo, com 498 votos.



NARA PARANÁ - 09/01/2013

MOVIMENTO de carros na 3ª Ponte: grupo de ciclistas vai participar de audiência pública no Centro de Convenções de Vitória para defender que local tenha ciclovias

PARTICIPARAM DESTA REPORTAGEM: Daniel Figueredo, Eliane Proscholdt, Francine Spinassé, Guto Netto, Rebeca Santos e Victor Duarte